

Diário de bordo

Túnel iluminado



Roberto Rodrigues*

HAVIA MUITO ceticismo quanto aos resultados da reunião do G20 realizada em Londres poucas semanas atrás. A falta de entusiasmo se devia basicamente à perda de protagonismo dos grandes organismos multilaterais, inclusive a própria Organização das Nações Unidas, impotente, por exemplo, por ocasião da invasão do Iraque ocorrida na era Bush.

Outras instituições também vinham patinando em suas responsabilidades: a Organização Mundial do Comércio não é capaz de punir países que descumprem suas determinações, caso típico do subsídio americano ao algodão, condenado em painel liderado pelo Brasil. A FAO, encarregada da alimentação e agricultura, há anos luta contra a fome, mas não consegue políticas nacionais nesta direção, de modo que o número de famintos aumenta no mundo todo.

Até as grandes instituições financeiras globais, como o FMI e o Banco Mundial já não têm recursos suficientes para atender à crescente demanda dos países emergentes, potencializada com a crise financeira.

A desmoralização do Mercosul é outro exemplo da erosão dos blocos e das instituições, é só um determinado setor se sentir prejudicado em sua competitividade que o país anfitrião já trata de criar barreiras à importação do produto afetado.

Claro que tudo isso se faz em nome da soberania nacional e do livre- arbítrio das Nações.

Mas a crise vinha gerando uma nova onda de protecionismo, especialmente nos países ricos, assombrados com os fantasmas do desemprego e da recessão. Essa onda claramente ajudava a desmontar ainda mais a institucionalidade multilateral, detonando até mesmo a tão sonhada abertura comercial e a própria globalidade. Pior, a ONU, criada para defender a paz universal, podia, perdendo influência, naufragar num oceano de turbulências regionais pouco pacíficas.

Tudo isso, observado ao longo dos últimos anos, explica o ceticismo quanto à reunião do G20, mas que não foi tão ruim.

Afinal, o G20 representa mais de dois terços do PIB mundial, e tomou decisões do tamanho dessa representatividade, tais como triplicar os atuais recursos do FMI para atender aos países mais apertados, parte disso para a promoção comercial, indispensável para o desenvolvimento equilibrado.

O Brasil teve um papel maior e melhor que em outros eventos similares, e se posicionou com firmeza pela regulamentação do sistema financeiro internacional.

Nosso agronegócio tem muito a ganhar com esses assuntos, seja por causa da tecnologia tropical sustentável que desenvolvemos, seja pelos biocombustíveis, seja pela nossa carne “verde”, seja na luta pela preservação da Amazônia, seja na abertura comercial que se deseja.

Claro que temos ainda muito que fazer, inclusive nos mecanismos de verificação da produção, rastreabilidade e certificação, mas estamos caminhando nisso.

O Brasil ajudou o G20 a iluminar o túnel, e não é só uma luz no fim dele. Agora, mãos à obra para manter a luz acesa. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Voz para o produtor



Cesário Ramalho da Silva*

ASOCIEDADE Rural Brasileira (SRB) é uma entidade formada e administrada por produtores para atender aos produtores. Para fortalecer a proposta de proximidade com a classe rural fizemos um grande giro por importantes pólos agrícolas do País. O intuito foi recolher a pauta de reivindicações dos produtores rurais de diversas regiões para, em parceria com os sindicatos e as entidades rurais locais, encaminhá-las ao conhecimento de diversas autoridades.

Pudemos constatar que a maior preocupação do produtor rural neste momento está relacionada à questão ambiental. Foi o que apurei em Não-Me-Toque (RS), durante a ExpoCotrijal, bem como no município vizinho de Ibirubá, onde, ao lado do presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), Carlos Sperotto, nos reunimos com 25 presidentes de sindicatos rurais da região. O mesmo vale para Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

O Código Florestal Brasileiro é uma legislação ultrapassada, que somente pune o produtor, sem lhe oferecer instrumentos e assistência legal para que ele fique adequado à lei.

O ministro Stephanes, na Expolondrina, disse que “sem força nas decisões políticas, o setor não participou da discussão da legislação ambiental em vigor” Criado por medida provisória, em 2001, o atual